

 Cercima CÓDIGO: POL.02	POLÍTICA DE PRIVACIDADE	Versão: 01
		Página 1 de 11

A CERCIMA, ao abrigo do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados -RGPD, (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, que estabelece as regras relativas à proteção, tratamento e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares, e na medida em que trata dados pessoais no âmbito da atividade que desenvolve, garante a proteção dos dados, cujo tratamento é efetuado ao abrigo da legislação aplicável e da presente Política de Privacidade.

COMPROMISSO

Através da Política da Privacidade, a CERCIMA, compromete-se a reconhecer a segurança dos dados pessoais que trata e a assegurar a proteção da privacidade dos respetivos titulares, implementando todas as medidas necessárias para o seu cumprimento.

Nesta Política, a CERCIMA presta ainda informação sobre as regras, os princípios e as boas práticas que a organização observa no âmbito do tratamento dos dados pessoais que lhe são confiados, em conformidade com o RGPD e demais legislação aplicável, e sobre os meios que os titulares dos dados têm ao seu dispor para o exercício dos respetivos direitos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. Dados Pessoais

Consideram-se dados pessoais, qualquer informação, de qualquer natureza e em qualquer suporte (som ou imagem) relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados).

Consideram-se dados pessoais toda a informação relativa à identificação do seu titular ou que possam levar à sua identificação de forma direta ou indireta, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural, religiosa ou social.

O RGPD aplica-se apenas aos dados das pessoas singulares.

 Cercima	POLÍTICA DA PRIVACIDADE	Versão: 01
CÓDIGO: POL.02		Página 2 de 11

2. Dados Sensíveis

Dados sensíveis são todos os dados pessoais que estão sujeitos a condições de tratamento específicos:

- i. Os dados pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas e a filiação sindical;
- ii. Os dados genéticos;
- iii. Os dados biométricos tratados com o objetivo de identificar uma pessoa de forma inequívoca;
- iv. Os dados relacionados com a saúde;
- v. Os dados relativos à vida sexual ou orientação sexual da pessoa.

3. Titulares de dados

É titular de dados qualquer pessoa singular a quem os dados pessoais digam respeito. No contexto da atividade desenvolvida pela CERCIMA, são titulares de dados, entre outros:

- i. Os clientes;
- ii. Os voluntários;
- iii. Os sócios;
- iv. Os recursos humanos.

4. Tratamento das categorias de dados pessoais

A CERCIMA trata dados pessoais de diferente natureza e sensibilidade, em função de cada área de atividade, bem como da finalidade associada ao tratamento desses dados, como sejam, a título exemplificativo, dados de identificação (nome, números de identificação civil e fiscal), dados de contacto (morada, telefone, endereço de email), dados bancários (IBAN), dados financeiros/fiscais, dados de formação e profissionais, dados familiares, e ainda, ao nível dos dados sensíveis, dados genéticos e biométricos, dados relativos à saúde, dados relativos a crédito e solvabilidade, dados de menores.

 Cercima	POLÍTICA DA PRIVACIDADE	Versão: 01
CÓDIGO: POL.02		Página 3 de 11

5. Princípios no âmbito do tratamento de dados pessoais

No âmbito do tratamento de dados pessoais, a CERCIMA compromete-se a observar os seguintes princípios fundamentais:

- i. **Princípio da Legalidade, Justiça e Transparência:** os dados pessoais devem ser processados de forma legal, justa e transparente em relação à pessoa em causa;
- ii. **Princípio da Limitação de propósito:** os dados pessoais devem ser recolhidos para fins específicos, explícitos e legítimos e não devem ser processados de forma incompatível com esses fins;
- iii. **Princípio da Minimização dos Dados:** os dados pessoais devem ser adequados, relevantes e limitados ao necessário em relação aos fins para os quais são processados;
- iv. **Princípio da Precisão:** os dados pessoais devem ser precisos e, sempre que possível, mantidos atualizados;
- v. **Princípio da limitação da conservação:** os dados pessoais devem ser mantidos num formato que permita a identificação dos titulares de dados por não mais do que o necessário para as finalidades para as quais os dados pessoais são processados;
- vi. **Princípio da integridade e confidencialidade:** os dados pessoais devem ser processados de uma maneira que garanta a segurança apropriada dos dados pessoais, incluindo proteção contra processamento não autorizado ou ilegal e contra perda, destruição ou dano acidental, usando medidas técnicas ou organizacionais apropriadas.
- vii. **Princípio da responsabilidade demonstrada:** a CERCIMA compromete-se a assegurar que o tratamento dos dados dos titulares apenas é feito com respeito pelos princípios mencionados, e que está em condições de poder comprovar o cumprimento dos mesmos.

6. Fundamentos para tratar dados pessoais

A CERCIMA apenas tratará dados pessoais sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações:

 Cercima	POLÍTICA DA PRIVACIDADE	Versão: 01
CÓDIGO: POL.02		Página 4 de 11

a) **Consentimento do titular:** quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, para uma ou mais finalidades específicas, mediante um ato positivo, que indique uma manifestação de vontade livre, específica, informada e inequívoca de que o titular consente no tratamento dos seus dados, utilizando a CERCIMA, na obtenção desse consentimento, uma linguagem clara, simples e inteligível. O consentimento é obtido por escrito (incluindo por meios eletrónicos), conservando a CERCIMA um registo do mesmo, como forma de poder comprovar que o titular deu o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais.

O titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sendo que a retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Sempre que o consentimento seja necessário para o tratamento de dados pessoais de crianças com idade inferior a 16 anos, o mesmo será obtido junto dos respetivos titulares das responsabilidades parentais.

b) **Execução de contrato ou diligências pré-contratuais:** quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais.

Nesta situação, enquadra-se, por exemplo, o tratamento de dados pessoais dos colaboradores da CERCIMA.

Os dados biométricos, designadamente para efeitos de controlo de acesso e assiduidade dos colaboradores, são efetuados através do processo de algoritmização, que gera uma representação digital (template) e não através de uma amostra biométrica passível de ser reproduzida.

c) **Cumprimento de obrigação legal:** quando o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica/legal a que a CERCIMA esteja sujeita.

d) **Interesses vitais:** quando o tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular.

 Cercima	POLÍTICA DA PRIVACIDADE	Versão: 01
CÓDIGO: POL.02		Página 5 de 11

e) **Interesse legítimo:** quando o tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela CERCIMA ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança.

Nesta situação, enquadra-se, por exemplo, o tratamento de dados que seja necessário para garantir a segurança da rede e da informação dos sistemas informáticos da CERCIMA.

7. Fundamentos para tratar dados sensíveis

A CERCIMA pode ainda tratar dados sensíveis nas seguintes condições:

- a) Se o titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para o tratamento desses dados pessoais, para uma ou mais finalidades específicas;
- b) Quando, nos termos da legislação da União Europeia, da legislação nacional ou de uma convenção coletiva, o tratamento for necessário para efeitos do cumprimento de obrigações e do exercício de direitos específicos da CERCIMA ou do titular dos dados em matéria de legislação laboral, de segurança social e de proteção social;
- c) Quando o tratamento for necessário para proteger os interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular, no caso de o titular dos dados estar física ou legalmente incapacitado de dar o seu consentimento;
- d) Se o tratamento se referir a dados pessoais que tenham sido manifestamente tornados públicos pelo seu titular;
- e) Se o tratamento for necessário à declaração, ao exercício ou à defesa de um direito num processo judicial ou sempre que os tribunais atuem no exercício da sua função jurisdicional;
- f) Se o tratamento for necessário por motivos de interesse público relevante, com base no direito da União Europeia ou no direito nacional;
- g) Se o tratamento for necessário por motivos de interesse público no domínio da saúde pública, com base no direito da União Europeia ou no direito nacional.



CÓDIGO: **POL.02**

POLÍTICA DA PRIVACIDADE

Versão: 01

Página 6 de 11

8. Finalidade do tratamento dos dados pessoais

Considerando a sua atividade, a CERCIMA trata dados pessoais, designadamente, com as seguintes finalidades:

Áreas	Exemplos de finalidades
Clientes	<ul style="list-style-type: none">• Triagem e registo de clientes• Gestão de candidaturas/inscrições nas respostas sociais/serviços• Inscrição dos clientes• Avaliação da intervenção• Gestão de pagamentos/recebimentos• Estudos, planeamento e apoio à gestão: avaliação do grau de satisfação dos clientes; tratamento estatístico de dados para monitorização da atividade• Gestão de reclamações e elogios
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none">• Recrutamento e seleção de recursos humanos• Gestão de recursos humanos (assiduidade, gestão de horários, etc)• Processamento salarial• Avaliação de desempenho• Promoção da segurança e saúde no trabalho• Gestão de reclamações e elogios
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none">• Receção e tratamento de propostas apresentadas em procedimentos aquisitivos;• Contratos estabelecidos com fornecedores• Gestão de cobranças/faturação
Segurança	<ul style="list-style-type: none">• Controlo de acessos informáticos
Qualidade	<ul style="list-style-type: none">• Auditorias• Gestão de reclamações e elogios

9. Prazo de conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais são conservados apenas durante o período de tempo necessário para a realização das finalidades para as quais são tratados, cumprindo a CERCIMA, sempre que aplicável, os prazos de conservação legalmente estabelecidos, encontrando-se definidos na **Lista de Controlo de Documentos**.

 Cercima	POLÍTICA DA PRIVACIDADE	Versão: 01
CÓDIGO: POL.02		Página 7 de 11

Sem prejuízo, os dados poderão ser conservados por períodos mais longos, para cumprimento de finalidades distintas que possam subsistir, aplicando a CERCIMA as medidas técnicas e organizativas adequadas.

10. Recolha dos dados pessoais

A CERCIMA pode recolher dados de forma direta (i.e., diretamente junto do titular dos dados) ou de forma indireta (i.e., através de terceiros). A recolha pode ser feita através dos seguintes canais:

Recolha direta: presencialmente, por telefone, por e-mail, através dos seus websites e através das áreas de cliente;

Recolha indireta: através de parceiros e outros terceiros, incluindo entidades oficiais.

11. Direitos do Titular dos dados

A CERCIMA assegura aos titulares dos dados o exercício dos respetivos direitos, nos termos da legislação aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais.

- O **direito a ser informado**, o titular tem direito a ser informado, previamente sobre a forma como os seus dados são utilizados, tratados e conservados;
- O **direito de acesso**, o titular tem direito de obter a confirmação de que os seus dados pessoais são ou não objeto de tratamento e o direito de aceder aos seus dados sem qualquer custo ou demora;
- O **direito à retificação**, o titular tem direito, quando solicite, à retificação dos seus dados pessoais e que os seus dados incompletos sejam completados.
- O **direito ao apagamento dos dados pessoais** (ser esquecido / apagado), o titular tem o direito de obter o apagamento dos seus dados, quando os dados deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento ou quando não existir fundamento para o referido tratamento, ou ainda, caso os dados do titular sejam tratados ilicitamente.
- O **direito à restrição de processamento** o titular tem o direito de obter a limitação se o tratamento for ilícito, se a CERCIMA já não precisar dos dados

 Cercima	POLÍTICA DA PRIVACIDADE	Versão: 01
CÓDIGO: POL.02		Página 8 de 11

para os fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, caso o titular se oponha ao tratamento.

Quando os dados do titular sejam objeto de limitação, só poderão, à exceção da conservação, ser tratados com o consentimento do titular ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial, de defesa dos direitos de outra pessoa singular ou coletiva, ou por motivos de interesse público legalmente previstos.

- O **direito à portabilidade dos dados**, o titular tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à CERCIMA, num formato estruturado, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento.
- O **direito à objeção da utilização dos dados** o titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos pela CERCIMA ou quando o tratamento for efetuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos, incluindo a definição de perfis, ou quando os dados pessoais forem tratados para fins estatísticos.

12. Forma dos titulares exercerem os seus direitos

A CERCIMA fornecerá informações e comunicará com o titular de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, em especial quando as informações são dirigidas especificamente a crianças.

O direito de acesso, o direito de retificação, o direito ao apagamento dos dados, o direito à limitação do tratamento, o direito de portabilidade dos dados e o direito de oposição e não sujeição a decisões individuais automatizadas podem ser exercidos junto da CERCIMA, através dos seguintes meios:

- Presencial, mediante apresentação de uma declaração escrita, datada e assinada;
- Através de e-mail, a remeter para dadospessoais@cercima.pt

 Cercima	POLÍTICA DA PRIVACIDADE	Versão: 01
CÓDIGO: POL.02		Página 9 de 11

- Por via postal, para a morada Rua D. Nuno Álvares Pereira, nº 141 2870-097 Montijo

Se o titular dos dados apresentar o pedido por meios eletrónicos, a informação é, sempre que possível, fornecida pela mesma via, salvo pedido do titular em contrário.

A CERCIMA dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) aos pedidos dos titulares no prazo máximo de um mês a contar da data de receção dos mesmos, o qual pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, nos termos do n.º 2 e 3 do art.º 12.º do RGPD.

No âmbito do exercício do direito à informação e a pedido do titular, a CERCIMA poderá responder oralmente, desde que a identidade do titular seja comprovada por outros meios.

Quando a CERCIMA tiver dúvidas razoáveis quanto à identidade da pessoa singular que apresenta o pedido, pode solicitar que lhe sejam fornecidas as informações adicionais que forem necessárias para confirmar a identidade do titular dos dados.

Se os pedidos apresentados pelo titular dos dados forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu carácter repetitivo, a CERCIMA reserva-se ao direito de exigir o pagamento de uma taxa razoável, tendo em conta os custos administrativos do fornecimento das informações ou da comunicação, ou de tomada das medidas solicitadas, ou recusar-se a dar seguimento aos pedidos, cabendo à CERCIMA demonstrar o carácter manifestamente infundado ou excessivo dos pedidos.

13. Proteção dos dados pessoais

Para garantir a segurança dos dados pessoais e a máxima confidencialidade no âmbito do tratamento da informação disponibilizada, a CERCIMA aplica medidas de segurança técnicas e organizativas, como por exemplo:

- Aplicação de procedimentos de controlo de acessos, com recurso a perfis de acesso diferenciado e com base no princípio da necessidade de saber;
- Execução de um plano de backups estruturado;
- Gestão centralizada de distribuição de *software* para os computadores da CERCIMA;

 Cercima	POLÍTICA DA PRIVACIDADE	Versão: 01
CÓDIGO: POL.02		Página 10 de 11

- Encriptação de equipamentos portáteis e de armazenagem externa;
- Proteção anti-spam de receção e envio de emails organizacionais;
- Instalação, manutenção e gestão dos sistemas de antivírus e de *firewall* nos computadores da CERCIMA;
- Controlo de acessos às instalações físicas;
- Sistema de deteção automática de incêndio e de deteção de intrusão;
- Execução de ações de formação e/ou sensibilização em segurança da informação e proteção de dados.

14. Transferência de dados

A CERCIMA poderá ainda transmitir dados a terceiros, designadamente, entidades às quais os dados tenham de ser comunicados de acordo com a legislação aplicável, como, por exemplo, a Autoridade Tributária, a Segurança Social, entidades seguradoras, entre outras.

15. Violação de dados pessoais

Em caso de violação de dados e na medida em que tal violação seja suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades do utilizador, a CERCIMA comprometer-se-á a comunicar a violação de dados pessoais ao titular em causa no prazo de 72 horas a contar do incidente, exceto se:

a. A CERCIMA tenha aplicado medidas de proteção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;

b. Caso a CERCIMA tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades do titular já não é suscetível de se concretizar ou caso a comunicação ao titular implique um esforço desproporcionado para a CERCIMA, sendo que neste caso fará uma comunicação pública ou tomará uma medida semelhante através da qual o titular será informado.

 Cercima CÓDIGO: POL.02	POLÍTICA DA PRIVACIDADE	Versão: 01 Página 11 de 11
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------	-------------------------------------------------

16. Como pode o titular dos dados apresentar uma reclamação

Sem prejuízo do exercício dos direitos referidos anteriormente, o titular dos dados pode reclamar diretamente para a autoridade de controlo nacional – a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) –, utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito (www.cnpd.pt).

17. Responsável pelo tratamento

No âmbito da atividade que desenvolve e de acordo com os fins estatutários da organização, a CERCIMA é uma entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais, tendo nomeado como responsável pelo tratamento dos dados a Responsável da Qualidade que em conjunto com as Coordenações dos serviços/respostas sociais, determinam a finalidade e os meios de tratamento dos dados pessoais, podendo ser contactada através:

Morada sede: Rua D. Nuno Álvares Pereira, nº 141 2870-097 Montijo

Correio eletrónico: dadospessoais@cercima.pt

Telefone: 212308510